



312079039

Deliberação n.º 280/2019

Pelo aviso n.º 8521/2018, de 21 de junho, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 118, de 21 de junho e divulgado na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta OE201806/0638, foi aberto procedimento concursal para preenchimento do cargo de direção intermédia do 1.º grau — Diretor de Serviços de Formação e Certificação do IMT, I. P.

Concluído o respetivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos números 9 a 11 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, na sua versão atual, o Conselho Diretivo do IMT, I. P., designa, em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável, no cargo de Diretor de Serviços de Formação e Certificação, a Mestre em Gestão e Políticas Públicas, Susana Margarida Romão Ferreira Soares Paulino, com os seguintes fundamentos:

Detém os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes;

A designada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo resumo curricular, anexo à presente deliberação, podendo exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

A presente designação, que tem cabimento no orçamento de funcionamento do IMT, I. P., produz efeitos a partir de 18 de março de 2019.

31 de janeiro de 2019. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elisio Silva Peralta Feio*, presidente — *Luís Miguel Pereira Pimenta*, vogal.

Nota curricular**I — Dados pessoais:**

Nome: Susana Margarida Romão Ferreira Soares Paulino
Data de nascimento: 8 de janeiro de 1972

II — Formação:

Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e

Mestre em Gestão e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, encontra-se a frequentar o programa de doutoramento em Administração Pública, especialização em Administração e Políticas Públicas, também no ISCSP. Tem uma pós-graduação em Contencioso Administrativo pela Universidade Católica Portuguesa e uma pós-graduação em Legística e Ciência da Legislação, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

III — Experiência profissional:

Desde outubro de 2018, professora auxiliar convidada a lecionar a cadeira de Instituições e Políticas de Regulação do mestrado em Gestão e Políticas Públicas, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;

Desde maio de 2017, membro *Permanent Bureau* da *International Commission for Driver Testing* (CIECA), com o cargo de vice-presidente;

Desde agosto de 2015, Diretora Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale de Tejo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes;

De 2007 a 2015, Chefe de Departamento de Ensino da Condução, da Direção de Serviços de Formação e Certificação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres;

De 2004 a 2007, Chefe de Divisão do Ensino da Condução da Direção de Serviços de Condutores da Direção Geral de Viação;

De 2000 a 2004, técnica superior da carreira de jurista da Direção-Geral de Viação, a desempenhar funções na área das contraordenações rodoviárias e habilitação de condutores;

Desde 1995, advogada e formadora nas áreas de segurança rodoviária, regulamentação da atividade transportadora, direito laboral e comercial.

No decurso da sua atividade profissional tem sido diversas vezes convidada para participar como oradora em seminários e *workshops* na área da segurança rodoviária, formação e habilitação de condutores.

312115042

Deliberação n.º 281/2019

Pelo aviso n.º 8521/2018, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 118, de 21 de junho e divulgado na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta OE201806/0636, foi aberto procedimento concursal para preenchimento do cargo de direção intermédia do 1.º grau — Diretor de Serviços de Gestão de Contratos de Concessão do IMT, I. P.

Concluído o respetivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos números 9 a 11 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, na sua versão atual, o Conselho Diretivo do IMT, I. P. designa, em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável, no cargo de Diretor de Serviços de Gestão de Contratos e Concessões, Pedro Manuel Guerreiro da Silva Costa, com os seguintes fundamentos:

O designado detém os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes;

O designado possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo resumo curricular, anexo à presente deliberação, podendo exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

A presente designação, que tem cabimento no orçamento de funcionamento do IMT, I. P., produz efeitos a partir de 1 de março de 2019.

4 de fevereiro de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Eduardo Elisio Silva Peralta Feio*. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luís Miguel Pereira Pimenta*.

Nota curricular**I — Dados pessoais**

Nome: Pedro Manuel Guerreiro da Silva Costa
Data de nascimento: 4 de janeiro de 1964

II — Formação académica

Pós-Graduação (parte curricular do Mestrado) em Economia e Políticas Públicas, ISCTE, 2013 (Prémio de Excelência Académica, 18 valores).

Pós-Graduação em Mercados Financeiros, Instituto Superior Gestão Bancária, 2001.

Licenciatura (pré-Bolonha) em Economia, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

III — Formação complementar mais relevante

FORGEP — Curso de Formação de Dirigentes em Gestão Pública, INA, Lisboa.

Formação especializada em Avaliação de Empresas e em *Corporate Finance*, pela PricewaterhouseCoopers, Londres.

IV — Inscrição em Ordens Profissionais

Membro da Ordem dos Economistas. Membro da Ordem dos Contabilistas Certificados.

V — Experiência profissional

Diretor de Serviços de Gestão de Contratos e Concessões, no Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.), em regime de substituição — desde agosto 2015.

Presidente do Conselho de Administração, na SIEV — Sistema de Identificação Eletrónica de Veículos, S. A., em representação do IMT, I. P. (funções não remuneradas) — set.2013 a jun.2015.

Assessor do Conselho Diretivo, no IMT, I. P. (que sucedeu ao InIR, I. P.), sendo responsável pelo acompanhamento das infraestruturas rodoviárias — mar.2013 a jul.2015.

Assessor do Conselho Diretivo do Instituto das Infraestruturas Rodoviárias, I. P. (InIR, I. P.), tendo sido o coordenador técnico-operacional da introdução de portagens totalmente eletrónicas (*multi lane free flow*) nas autoestradas ex-SCUT — set.2008 a fev.2013.

Membro de diversas Comissões de Negociação e de Acompanhamento (funções não remuneradas), relativas a infraestruturas de transportes e parcerias público privadas, em representação do Ministério das Obras Públicas (XVII e XVIII Governos Constitucionais) e do Ministério da Economia e Emprego (XIX Governo Constitucional) — jul.2007 a jul.2012.

Assessor no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XVII Governo Constitucional, tendo-lhe sido atribuído público louvor pelo desempenho das suas funções (Louvor n.º 973/2009, de 30 de outubro) — abr.2007 a ago.2008.

Controller/Chief Financial Officer na subsidiária portuguesa da multinacional First Choice Holidays plc (depois, Tui Travel plc) — jan.2005 a mar.2007.

Controller/Chief Financial Officer na Consentium, S.G.P.S., S. A., conglomerado de empresas portuguesas atuando no comércio e no imobiliário — jul.2002 a dez.2004.

Senior Manager (Corporate Finance), depois de ter sido sucessivamente *Consultant*,

Senior Consultant e *Manager*, na Coopers & Lybrand e, após fusão, na PricewaterhouseCoopers, empresa internacional de auditoria e consultoria — set.1990 a jun.1992 e set.1994 a jun.2002.

Controller na subsidiária portuguesa da multinacional Marsh — jun.1993 a ago.1994.

Controlador de gestão na SIC Televisão — jul.1992 a mai.1993.

Adjunto do Diretor Financeiro na subsidiária portuguesa da multinacional Mitsubishi Motors Corporation — mar.1990 a ago.1990.

Adjunto do Diretor Financeiro na Copinaque, S. A. — mar.1989 a fev.1990.

VI — Atividade docente e outras atividades profissionais

Docente universitário no ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão, na escola de pós-graduações Idefe, em regime pós-laboral — desde out.2002.

Auditor interno e membro da Comissão de Finanças (funções não remuneradas) da *World Road Association* (AIPCR/PIARC) — desde mar.2017.

Presidente do Conselho Geral da Fundação para as Comunicações Móveis (FCM) (funções não remuneradas), sendo um dos três representantes do Estado no órgão de governo não executivo da FCM, que reunia quer os fundadores TMN, Vodafone e Optimus, quer o Estado. Designado inicialmente em 2008, foi reconduzido em 2013, e manteve-se em funções até à extinção da FCM — set.2008 a out.2015.

Presidente do Conselho Fiscal dos CTT — Correios de Portugal, S. A., então ainda sociedade de capitais integralmente públicos — jan.2009 a ago.2012.

312114873

JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 2650/2019

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e considerando os despachos n.ºs 200/2017, de 22 de dezembro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 4 de janeiro de 2017, 651/2018, de 3 de janeiro de 2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10, de 15 de janeiro de 2018, 2454/2018, de 26 de fevereiro de 2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 9 de março de 2018, e 8368/2018, de 20 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 28 de agosto, prorrogado, pelo período de seis meses, a designação constante do meu Despacho n.º 10831/2016, de 29 de agosto de 2016, publicado no *Diário da República* n.º 170, 2.ª série, de 5 de setembro de 2016, da licenciada Elisa Maria Queiroz Bordalo, técnica superior da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, como técnica especialista do meu gabinete, para exercer funções na área da assessoria jurídica.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos de gabinete.

3 — O presente despacho produz os seus efeitos a 1 de março de 2019.

21 de fevereiro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

312092874

Despacho n.º 2651/2019

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 63/2012, de 9 de novembro, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por três subdiretores-gerais, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus, respetivamente;

Considerando, por outro lado, a exceção inserta na alínea *b*) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação da Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, conjugada com as disposições do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, e importando assegurar a efetiva direção dos serviços da administração direta do Estado integrados no Ministério da Justiça, procede-se à designação, em comissão de serviço, do titular do cargo dirigente de nível superior de 2.º grau, de seguida identificado, que reúne os requisitos de competência técnica, aptidão e experiência profissional, conforme é demonstrado pela síntese curricular publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

Nestes termos e com estes fundamentos, designo:

1 — Para o lugar de Subdiretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 63/2012, de 9 de novembro, a licenciada Ana Maria Vicente da Silva Horta, especialista superior do grupo de pessoal de apoio à investigação criminal da Polícia Judiciária.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de abril de 2019.

21 de fevereiro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota Curricular

Dados pessoais:

Ana Maria Vicente da Silva Horta
Data de nascimento: 12 de maio de 1973

Habilitações académicas:

Licenciatura em Gestão, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa;

Pós-Graduação Avançada em Finanças e Gestão do Sector Público pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Mestrado em Administração Pública (componente curricular), especialização Justiça, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa;

Pós-Graduação «Métodos Analíticos Aplicados às Finanças Públicas» (componente curricular), parceria entre a Direção-Geral do Orçamento (DGO), o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa, e o Instituto Superior de Estatísticas e Gestão de Informação (ISEGI), da Universidade Nova de Lisboa;

Pós-Graduação «Prospetiva, Estratégia e Inovação», do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa.

Formação profissional:

Curso FORGEP — Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE);

Frequência de diversas ações de formação profissional e participação em seminários nas áreas da administração pública, gestão e finanças.

Percurso Profissional:

Outubro de 1991 — Exercício de funções na empresa FERNAVE — Formação Técnica, Psicologia

Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S. A., no Departamento de Programas Operacionais e no Departamento Financeiro;